

“Cuidar em tempos de crises: Modos de vida em mudança em Portugal”

Antónia Pedroso de Lima¹

antonia.lima@iscte.pt

Resumo: As ciências sociais tendem a utilizar o conceito de cuidado para abordar situações de privação. Porém, na existência relacional quotidiana, cuidado é referido para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência. Nesta comunicação discutirei diferentes dimensões do cuidado a partir de trabalho de campo em Portugal que atravessa uma situação de crise económica e social e onde as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com situações de carência. A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do “cuidado” e do bem comum, torna-se central e factor de sustentabilidade tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como emocional (bem-estar). As relações interpessoais e as relações motivadas por sentimentos e ideais de bem geral são portanto centrais para a reprodução do futuro do sistema social mundial de mercado económico global em que vivemos.

Palavras-chave: Cuidado, crise, Portugal,

1. Cuidar em tempos de crise

O conceito de cuidado tem sido utilizado pelas ciências sociais fundamentalmente para abordar o tratamento de situações de privação e problemas de saúde ou necessidade de assistência física (cf. Gilligan 1982; Benda-Beckmann 1988, Tronto 1993, Hochschild 1983 e 2003). No entanto, na nossa existência relacional quotidiana, o cuidado é referido num sentido mais abrangente para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras, em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência.²

Cuidado tem, porém, um duplo sentido: por um lado, refere-se a uma prática, ou um conjunto de práticas (tratar do outro) e, por outro, a um valor, ou um conjunto de valores (o afecto daquele que cuida, o amor e a compaixão/empatia da relação com o outro) (Mayeroff 1971). O eclectismo das formas de exercício do cuidar do outro é expresso nas múltiplas expressões, termos e sentidos activados em diferentes contextos para dar assegurar um amplo leque de valores, compromissos, e obrigações que, de alguma maneira, estão envolvidos nas exigências práticas de “tomar conta” daqueles que não são capazes de autonomamente cuidar de si mesmos. Pensar sobre o cuidado implica, portanto, pensar articuladamente acções e disposições morais que são constitutivas do laço social pois as práticas de cuidar são sempre relacionais e baseadas numa motivação de “olhar pelo outro”.

1 Doutorada em Antropologia pelo ISCTE (2001). Professora no Departamento de Antropologia do ISCTE, onde lecciona desde 1989. Foi Presidente do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), sendo actualmente membro da Direcção. As suas áreas de especialização são: relações familiares em sociedades contemporâneas, relações sociais em contextos urbanos, elites, empresas familiares, género, sexualidade, cuidado, emoções, migrações e património imaterial. Coordenadora de vários projectos de investigação científica, Antónia Pedroso de Lima tem diversas publicações, em livros e revistas nacionais e internacionais, sobre a família portuguesa em contextos urbanos, tendo como objectos de análise contextos tão diversificados como os bairros populares de Lisboa e as famílias da elite empresarial portuguesa. Actualmente, a sua pesquisa orienta-se para a área do cuidado e das situações de crise e precariedade.

2 Esta comunicação faz parte de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima

Nesta comunicação irei discutir algumas destas diferentes dimensões do cuidado, focando em particular o caso português e as transformações promovidas por uma conjuntura de crise económica e social que, desde 2010 até à actualidade, tem promovido profundas alterações nas políticas públicas e nos modos de vida da população. Portugal atravessa actualmente uma situação de crise económica e social - índices crescentes de desemprego, de baixos rendimentos familiares, de população emigrante significativa, de envelhecimento da população - que aumenta a pressão sobre os serviços sociais. Confrontadas com a diminuição da capacidade dos sistemas estatais de cuidado continuarem a providenciar este apoio, as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com o problema.

Os processos de cuidado do outro que analisarei neste trabalho, não constituem um campo específico de actividades profissionais de cuidado (*care work*), mas são relações de entajuda, de atenção e acompanhamento daqueles que se encontram numa qualquer situação de carência e/ou necessidades múltiplas e variadas (sociais, domésticas, económicas, clínicas, sanitárias e outras). Estas tarefas executadas de modo informal no domínio privado para a sobrevivência quotidiana assumem uma tal importância que adquirem uma enorme centralidade no domínio público.

Partindo de uma noção abrangente de cuidado para pensar todas as formas de assegurar qualquer tipo necessidade do outro irei argumentar, a partir da etnografia realizada, o modo como actualmente são as práticas informais de cuidar do outro assumem um papel central na economia nacional, e como estas estratégias são eficazes para sobreviver num contexto de crise. Assim, defendo que o cuidado interpessoal é decisivo para enfrentar situações de crise - económica, social, pessoal ou política - e, nesse sentido, pode ser pensado como um factor de sustentabilidade.

2. Crise, austeridade e novas formas de vida Portugal.

Portugal, tal como outros países europeus, atravessa no presente uma ampla situação de crise económica e social que, apesar de similaridades com outros contextos, apresenta especificidades quanto ao peso do Estado Providência que, na verdade, só a partir de metade da década de 70 se estruturou realmente (Santos 1993).³

A presente conjuntura de crise e medidas de austeridade aplicadas após a intervenção da *Troika* – constituída pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia – em Junho de 2011, provocou alterações radicais na organização do Estado Providência Português que o estão a conduzir ao seu quase desaparecimento. Simultaneamente, também o contexto social e demográfico do país se alterou. Depois de uma década de crescimento económico e melhorias sociais significativas, temos agora um preocupante crescimento dos índices de desemprego (17,8% em Abril 2013, 15,2% em Abril 2012, 12,6% em 2011, 10,8% em 2010, 9,3% em 2009, 7,6% em 2008, desde o início das medidas de austeridade subiu cerca de 8%, dos quais 5% desde a entrada da troika nos últimos dois anos)⁴, uma significativa redução dos rendimentos familiares, envelhecimento da população, “enorme aumento de impostos”⁵, aumento do custo de vida e um crescente sentimento de incerteza e precariedade social e económica. Esta situação aumenta consideravelmente a pressão sobre os serviços sociais, que pelo seu lado também reduziram a sua esfera de acção contributiva, fazendo diminuir inevitavelmente a sua capacidade de continuar a assegurar aquilo que até há bem pouco tempo eram direitos universais dos cidadãos, com consequências negativas muito evidentes na vida quotidiana.

Neste sentido, não podemos pensar a presente crise apenas através de uma análise estritamente económica.

3 O retracto comum de Portugal como “welfare society” em oposição a “welfare state” (Santos 1993), significa que os encontros entre cidadão e estado são escassos em termos do apoio dado por este último e que o estado português não foi tanto erodido pela tendência neo-liberal mas pelo facto de os seus mecanismos de providência são subdesenvolvidos; e que os encontros de “apoio” nas comunidades são abundantes, graças à eficácia dos laços morais, redes de parentes e vizinhos que dão apoio económico e formas de cuidado e assistência) e onde as mulheres são actrizes centrais.

4 Dados Instituto Nacional de Estatística.

5 Expressão do próprio Ministro das finanças em declaração publica feita a 10/03/2012.

Tendo promovido um profundo abalo no modelo social Europeu, esta é uma crise social que está a impor uma quebra nos processos de reprodução social que vinham sendo construídos, colocando em questão não apenas os mercados mas também as instituições, alterando significativamente as relações sociais e as formas de viver, afectando assim quase todas as dimensões da vida quotidiana.

Cada vez mais sectores da população portuguesa vêem as suas condições de existência serem precarizadas e asseguradas de forma volátil e temporária. Por duas vezes (em 2012 e em 2014) o Governo aplicou cortes salariais na Função pública, que foram posteriormente aplicados ao sector privado, e promoveu um “brutal” aumento de impostos (IRS e IVA), que se traduziram numa redução muito significativa do rendimento disponível das famílias. Significa isto que, em resultado dessas medidas, de um dia para o outro, a população viu afectadas as suas condições de existência e fragilizadas as suas expectativas em relação à sua vida e ao seu futuro. Presentemente em Portugal, proliferam contextos de privação diferenciados, tributários de carências materiais e imateriais, que se estendem cada vez mais ao vasto sector da classe média, que se conhece como da pobreza invisível. A classe média empobrecida pelas medidas económicas do programa de austeridade, e a pauperização dos grupos sociais mais desfavorecidos, resulta numa conjuntura nacional de perda de bens primários e degradação acelerada dos factores gerais de bem-estar.

A instabilidade laboral e o abalo nas condições de existência/sobrevivência quotidiana e as tentativas para tentar assegurar um ideal de normalidade que parece ter-se perdido, leva-nos a reflectir sobre uma dimensão muitíssimo importante: como se constrói o futuro de um país com base num presente sem expectativas de investimento e crescimento, sem esperança de viver de acordo com os padrões de vida consolidados ao longo de um período de crescimento económico e de prosperidade pessoal. O imaginário colectivo do mundo ocidental constrói-se com base numa ideia de progressão e melhoria qualitativa das condições de vida, dos salários da formação académica e profissional. Da mesma forma, a ideologia subjacente ao desenvolvimento tecnológico e civilizacional assenta nesta ideia de progresso, de construção de melhorias. As gerações actuais estudaram mais do que as dos seus pais que, por sua vez estudaram mais do que os pais deles, e vivem melhor e em melhores condições que as gerações que os precederam. O ideal de construção do Estado Social moderno é o de garantir condições de vida básicas e dignas para todos, de acordo com um paradigma sociopolítico democrático de cidadania e igualdade de direitos e oportunidades. A população vive mais e em melhores condições.

Os últimos anos de crise e austeridade em Portugal puseram em causa este conjunto de valores que se davam por adquiridos, e nos quais se constrói a sociedade moderna que agora colapsa, não enquanto ideia, mas enquanto possibilidade de realização. Para além da alteração das condições materiais de existência, há uma profunda transformação na percepção dessa mesma existência; uma transformação ontológica do que é ser cidadão.

Com a crise aumentou a percentagem de pessoas incapazes de fazer face aos seus compromissos financeiros e assegurar o seu dia-a-dia. A par dos trabalhadores pobres e dos desempregados de longa duração, há cada vez mais recém-desempregados. Nestes casos recorrer à família, à solidariedade familiar, à partilha de recursos da unidade doméstica, de parentes, amigos ou vizinhos tornou-se uma estratégia recorrente. A promoção de estratégias alternativas, como sejam o apoio dado pelas redes interpessoais ou por organizações não-governamentais de solidariedade social é uma realidade cada vez mais presente. O que temos observado é que para fazer face à actual falência do Estado Providência, as pessoas retomam vias informais para assegurar o seu quotidiano. Neste contexto de crise vivemos um paradoxo: depois de o Estado Providência ter assumido um papel crescente, e o mercado de trabalho ter promovido a independência dos indivíduos face às “obrigações familiares”, no momento actual, a responsabilidade passa a estar novamente no lado dos cidadãos. Este “estado de emergência” (para usar o conceito de Agamben 2005) estimula a construção de alternativas ao processo de reprodução social, não só na esfera económica mas também social e moral. As acções públicas de solidariedade social crescem todos os dias, as histórias pessoais de apoio a amigos, vizinhos, familiares ou a simples conhecidos, são ouvidas frequentemente.⁶

6 Trabalhos anteriores mostraram com deficiências do suporte fornecido por um Estado fraco e incipiente, são atenuadas por redes de parentes e vizinhos que prestam assistência e cuidados a título pessoal como mostram alguns (Santos 1993, Hochschild 2004) ultrapassando assim situações críticas através de estratégias pessoais informais (Borneman 2001).

3. Novos contextos de precaridade e incerteza e o surgimento de novas formas de cuidado

Estas alterações no mercado de trabalho, na visão do mundo e na vida quotidiana, têm profundas implicações em múltiplas dimensões da existência das pessoas, na sua forma de pensar a vida e consequentemente nas decisões que tomam para construir o futuro. A falta de possibilidades de empregos para os jovens, a total incerteza quanto à sua inserção no mercado laboral, quanto ao seu futuro e estabilidade económica, tem sido indicado como um dos factores que mais condiciona tomadas de decisão, como por exemplo, a saída de casa dos pais, a constituição de famílias conjugais e o planeamento de filhos.

Vejam alguns exemplos.

Raquel tem 27 anos e é dentista. Acabou a licenciatura e começou a trabalhar em consultórios “low cost” onde ganha por hora de trabalho, recebendo muito pouco comparativamente com os seus colegas com um contrato estável num consultório. Tem um namorado há 5 anos mas continua a viver em casa dos pais porque a instabilidade não lhe garante a “coragem para dar esse passo de independência e autonomia” com medo de alguma coisa correr mal e não conseguir pagar as contas de uma casa a dividir pelos dois

Pedro tem 45 anos, é sociólogo e vive em casa dos pais. Vivia com a namorada mas este ano foram viver para casa dos pais desta quando acabou a bolsa de pós doutoramento. Nunca tiveram filhos pois tiveram medo da precariedade da sua situação e hoje em dia acham que tomaram a opção certa pois neste momento estão ambos desempregados.

Mariana 40 anos é jornalista. Trabalhou 10 anos num importante jornal diário até ser despedida. Divorciada e com uma filha teve de abandonar a casa onde vivia autónoma desde os 25 anos e voltar para casa dos pais, onde vivia também a avó materna. O pai está desempregado há dois anos (despedido ao fim de 14 anos a trabalhar de empresa de telecomunicações) e a mãe é professora. A avó de Mariana paga com a sua reforma todos os custos com a educação da bisneta Rita, que começou entretanto a ser beneficiar do apoio dos serviços sociais do Ministério da educação (acesso gratuito à cantina escolar).

A incerteza face ao futuro cria novas formas de dependência e solidariedade geracional e intergeracional nesta conjuntura de precariedade prolongada que importa analisar pois promovem alterações profundas na organização das relações familiares e interpessoais. Os pais ajudam os filhos cada vez até mais tarde, veja-se o caso de Mariana e das relações intergeracionais de apoio que se desenvolvem dentro daquele grupo doméstico para o dia-a-dia que se tornou incerto. Mesmo os que já têm formalmente independência de moradia, muitas vezes só sobrevivem graças ao apoio dos pais, sendo este económico directo – em dinheiro – ou indirecto – através da compra de bens, ou pagamento de renda da casa, empréstimo de carro, cuidado dos filhos ou oferta regular de bens de primeira necessidade. Simultaneamente, encontramos cada vez mais situações em que são os mais velhos, os putativos seres em necessidade, que asseguram a sobrevivência das gerações mais novas, pelo dinheiro que amealharam ao longo das suas vidas de trabalho, pelas pensões de reforma que recebem e que, por vezes, são o único rendimento das famílias onde o desemprego se instala. Pensemos de novo no exemplo da avó de Mariana que representa tantos outros casos, até mais extremos que podemos encontrar em Portugal.

Outro aspecto que me parece interessante reter dos exemplos apresentados, é que estas formas de solidariedade não são novas mas representam sim o retomar de velhos sistemas de apoio e entajuda que foram, nas últimas décadas, substituídos por práticas mais mercantis.

Joaquim tem 57 anos e era soldador de tubos de navios. Desempregado há 2 anos depois de a empresa de construção naval em que trabalhou a vida inteira (desde os 15 anos) ter encerrado. A mulher trabalhava como faxineira e nos últimos anos perdeu a maior parte das casas onde trabalhava (famílias de classe média que, com a drástica redução dos seus rendimentos, deixaram de conseguir suportar essa despesa) e agora trabalha por horas quando consegue algum contacto. Acabado o subsídio de

desemprego, perdeu qualquer tipo de rendimento fixo. O casal tem 2 filhos mais velhos - Tomás 30 anos também soldador e Carla 28 auxiliar num hospital, ambos casados e com um filho cada um – e uma filha mais nova com 17 anos que teve de abandonar o projecto de ir para a universidade e ir trabalhar como auxiliar de educação numa escola pré-primária. Vivem perto de Lisboa, em Loures, num bairro de autoconstrução, recentemente legalizado. Aí se instalaram quando os pais de Vitória chegaram a Lisboa vindos de uma zona rural do norte do país, há 45 anos, em busca de uma vida melhor. Os filhos vivem num acrescento da casa por eles construído. A casa é na serra e tem um terreno onde cultivam uma horta e criam alguns animais, que desde há dois anos é o que lhes tem assegurado a subsistência. A igreja local tem sido uma importante fonte de apoio para a família fazer face ao seu dia a dia. Dada a crescente falta de recursos financeiros, o casal começou a vender alguns produtos ao Sábado no mercado, o que lhes tem permitido conseguir algum dinheiro. Mais recentemente, Joaquim começou também a vender na rua, sentado no chão numa banca improvisada, numa importante rotunda de Lisboa. De início conseguia fazer entre 10 a 15 euros por dia, pois vinha de bicicleta e não conseguia trazer muitos produtos. Há pouco tempo conseguiu recuperar um carro velho que lhe permite trazer mais quantidade e aumentar assim as vendas 20 a 25 euros por dia.

A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do “cuidado” e do bem comum, torna-se frequente num país onde era praticamente inexistente e multiplica-se em diversas dimensões da vida social. Se estas estratégias informais tornam a vida possível em tempos de crise, é precisamente porque elas se tornam dispositivos de sobrevivência fundamentais nestas situações de incerteza, não apenas para as pessoas que os usam ou deles beneficiam, mas para todo o sistema social, na medida em que eles inibem, até um certo ponto, a escalada da tensão social e do colapso económico individual e colectivo. É neste sentido, que argumento que o cuidado se torna um factor de sustentabilidade, tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como social (assegurando a continuidade do tecido social) e ainda emocional (mantendo algum bem-estar num quotidiano marcado pela incerteza e a precariedade).

Tomás é um jovem universitário aluno do segundo ano do curso de engenharia alimentar, natural do Fundão. Apesar de os pais estarem ambos desempregados, no último ano Tomás perdeu a bolsa de estudos e o apoio dos serviços sociais para estudar e por isso tomaram a dura decisão de retirar o filho da universidade pois não tinham possibilidades de assegurar as despesas com a sua formação. Neste momento Tomás pode continuar a estudar pois vive em casa de Isabel, dividindo com ela as despesas da casa e não pagando aluguer. Deste modo a Isabel tem companhia e ajuda para os recados na rua e tarefas domésticas. “Laços para a vida – *Casa & Companhia*” é um projecto da Camara Municipal e da universidade de Évora e que conta com a colaboração de várias outras instituições: *Banco do tempo, o Cantinho do Cuidador, Unidade de Cuidados na Comunidade de Évora, do Centro de Saúde e o banco de voluntariado*.

Numa situação de incapacidade de lidar com o presente, as pessoas viram-se para as formas tradicionais de o fazer dando-lhes novas orientações e novos significados dentro de novos arranjos domésticos e sociais. Outra das dimensões novas a ter em conta nestes exemplos é a forma como estas formas tradicionais de entrelaçada para organização da vida quotidiana, é a forma como se usam as instituições estatais e não estatais para enquadrar e certificar trocas e relações informais. No caso de Tomás e Isabel, este uso moderno, complexo e institucionalizado é bem diferente das antigas formas de troca directa, surpreendentemente mais usados pelos movimentos alternativos urbanos.

Na verdade estas formas de solidariedade não são novas mas representam sim o retomar de velhos sistemas de apoio e interajuda que foram, nas últimas décadas, substituídos por práticas mais mercantis. Nestes dias de precariedade e incerteza recorre-se às e tradicionais formas de solidariedade e cuidado familiar de um Portugal pré-moderno. No entanto, este aparente retorno a práticas comunitaristas antigas pode colocar alguns problemas ideológicos, pois poderá parecer que estamos a retroceder dos progressos atingidos pelo estado provi-

dencia. Embora não sendo inteiramente novo, este fenómeno não constitui um simples regresso ao passado. A sociedade mudou, as mentalidades evoluíram e por isso as mesmas práticas de cuidado interpessoal não têm o mesmo significado. Através da actual reactivação destas formas de solidariedade intergeracional, estamos de facto a contrariar a perpetuação do projecto individualista que floresceu nas últimas décadas ligado a conceitos de bem-estar individual e realização pessoal tão prominentes em economias mais versáteis. A paisagem moral portuguesa está a atravessar uma série de transformações multidireccionadas e multidimensionais que reflectem uma mudança ética de larga escala de um sistema de direitos de cidadania para um sistema responsabilidade colectiva e participação.

As transformações sociais que decorrem da crise e das medidas de ajustamento tornaram a nossa existência num paradoxo: depois de o Estado Providência ter assumido um papel crescente, e o mercado de trabalho ter promovido a independência dos indivíduos face às “obrigações familiares”, no momento actual, as políticas governamentais tentam passar a responsabilidade novamente para o lado dos cidadãos. Este “estado de emergência” (para usar a ideia de Agamben 2005) estimula a construção de alternativas ao processo de reprodução social, não só na esfera económica mas também social e moral. As acções públicas de solidariedade social surgem todos os dias, as histórias pessoais de apoio a amigos, vizinhos, familiares ou a simples conhecidos, são ouvidas frequentemente. Proliferam organismos privados que atuam em múltiplas dimensões da vida quotidiana e procuram resolver várias “partes” das nossas vidas (bens básicos e outros).

4. O cuidado: disposição motivacional para exprimir ideologias morais do bem e do justo.

Como refere um dos nossos interlocutores, “cuidar é mostrar que as práticas comuns do quotidiano podem ser mecanismos fundamentais de ajuda e ao mesmo tempo de auto-satisfação”. As tarefas familiares simples, como cuidar dos netos ou ir busca-los à escola, cozinhar ou realizar as tarefas domésticas menores (pequenos arranjos de costura, pinturas, etc.), receber os filhos em casa, ou ajudá-los a manter a sua autonomia em momentos de dificuldade são formas de cuidado fundamentais para a garantia da viabilidade do quotidiano de alguns dos nossos interlocutores. Os gestos simples reinterpretem-se nas experiências de vida em situações de precariedade tornando-se elementos centrais à sustentabilidade social.

É, portanto, frequentemente através da metáfora do “cuidado” que são expressas preocupações morais acerca de uma existência ideal num mundo com desigualdades profundas e pessoas necessitadas. De acordo com Slote (2007) a ética do cuidado oferecenos uma visão compreensiva da moralidade.

Este sentido de significado moral do cuidado altruísta pode ser pensado através de outro caso que estamos a analisar: os movimentos de voluntariado que têm surgido em Portugal.

Tomando como exemplo o Banco Alimentar podemos ver como a colaboração das pessoas como voluntárias na ONG (tanto a nível quotidiano como nas grandes acções que se fazem a nível nacional) tem vindo a crescer significativamente neste período em que simultaneamente os pedidos de ajuda de associações várias tem vindo a aumentar. O sentimento generalizado de precariedade, carência e necessidade que muitas pessoas estão passando é a motivação mais frequentemente avançada para justificar a participação como voluntário na instituição. Uma motivação moral de compaixão pelo outro.

Voluntariado e altruísmo são considerados muitas vezes parte integrante de um mesmo movimento. Porém, quem faz um algum tipo de voluntariado, e portanto dá gratuitamente parte do seu tempo para cuidar, para agir em prol dos outros, tem um retorno, uma recompensa, que não é monetária, mas é moral. Por outras palavras, há uma consequência para o sujeito que não é exclusivamente ou unicamente dedicada ao outro: eu faço o bem e sinto-me bem. Eu acho que me tornei uma melhor pessoa e a quem estou ajudando mais é a mim mesma. Eu dou comida ao banco alimentar, eu dou sopa aos pobres mas GANHO auto-estima, sensação de dever cumprido. Pensar que esta ideia do amor ao outro não é generosidade pura torna a questão mais complexa e interessante. Todo o voluntariado apresenta características muito semelhantes com alguns dos ideais religiosos, e isso em Portugal é um aspecto que não pode ser descurado. Esse processo, tem uma faceta de generosidade, de compreensão pelos problemas e dificuldades alheias mas tem a tal recompensa moral para o sujeito que, de certo modo, se penitencia, se salva a si próprio.

Estas transformações terão consequências. Neste clima de incerteza e precariedade, os jovens casais dificilmente optam por ter filhos. A baixa de natalidade é um assustador indicador do que pode acontecer. Uma sociedade de casais sem filhos? Só com um filho? Deixaremos de ter tios, primos e sobrinhos? Voltaremos aos padrões de residência que conciliavam diversas unidades conjugais de diferentes gerações na mesma unidade doméstica?

Creio que estamos de facto perante mais do que uma crise económica e social, e que podemos mesmo falar numa crise civilizacional. Nas palavras de Agamben (1998) estaríamos a retroceder da vida boa (good life) para a vida despojada (bare life).

Concluindo

O trabalho emocionalmente empenhado de cuidar, por mais que pareça pouco importante e pouco interessante do ponto de vista económico ou intelectual, vai tornar-se uma questão central neste novo momento histórico em que o contrato social se alterou. E a insistência dos FMI e do BCE em impor política exclusivamente economicistas que ignora este não vão constituir uma solução estável para o problema.

A eficácia destas redes sociais de apoio é justamente um dos argumentos usados para descrever as sociedades do sul da Europa como “sociedade providência” de base familista por oposição à Europa do Norte, repleta de exemplos do Estado Providência. Porém, desvendar estas práticas alternativas que agora recrudescem, pode constituir o risco de dar bases ao argumento ideológico e moralizador dos defensores de um neoliberalismo feroz, que estão na base de muitas das decisões políticas que se estão construindo sob a justificação da crise. A perigosa ideia de que os cuidados prestados pelo Estado não são um direito, mas um favor feito aos cidadãos durante um tempo, pois ele seria um dever da família: de acordo com o actual ministro da solidariedade social (do partido de direita democrata cristão) as tradicionais estruturas familiares, que se transformaram no processo de modernização, deveriam retomar a importância que perderam. A discussão é assim alterada de um argumento de direitos de cidadania para uma dimensão moral ideológica e política.

Evitando uma visão harmoniosa dos sistemas sociais de cuidado, esta comunicação procurou chamar a atenção da análise da actual conjuntura económica e social para o modo como as práticas informais suportam a economia nacional, como as pessoas se integram em sistemas formais e informais de cuidado e como estas estratégias são eficazes para sobreviver a um sistema em falência. Defendo que o cuidado interpessoal é decisivo para enfrentar situações de crise (económica, pessoal ou política) e, nesse sentido é um factor de sustentabilidade.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio (1998), *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press.
- AGAMBEN, Giorgio (2005), *State of Exception*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BENDA-BECKMANN, F. Von et al. (1988), *Between kinship and the state: social security and law in developing countries*. Dordrecht: Foris.
- BORNEMAN, John (1997), “Caring and being cared for: displacing marriage, kinship, gender and sexuality” In *International Social Science Journal*, 49 (154), pp 573-584.
- FOLBRE, Nancy & Julie Nelson (2000), “For love or money, or both?” *Journal of Economic Perspectives*, 14 (4), pp 123-140.
- GILLIGAN, Carol (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women’s Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell (1983), *The Managed Heart: The Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: The University of California Press.
- MAYEROFF, Milton (1971), *On Caring*. New York: Perennial Library, Harper and Row.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português”, in B. S. Santos, ed, *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, pp 15-59.
- SLOTE, Michael (2007), *The Ethics of Care and Empathy*. London, Routledge ,
- TRONTO,